



Administração Pública e Gestão Social
ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Editorial

Lopes Valadares, Josiel

Editorial

Administração Pública e Gestão Social, vol. 11, núm. 2, 2019

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326010>

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 3.0 Internacional.

Editorial

Josiel Lopes Valadares
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
josiel.valadares@ufv.br

Redalyc: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326010>

Caros (as) leitores (as),

Nesta edição temos a satisfação em apresentar algumas atualizações tanto na apresentação da APGS quanto em nosso processo de avaliação e edição de trabalhos. Nos últimos meses tivemos a indexação da APGS em várias outras bases e já se encontra disponível no Redalyc várias das nossas edições. Além disso, estamos aprimorando nossa forma de avaliação dos artigos e tornando ainda mais rigorosa a nossa política editorial. Além disso, atualizamos nosso sistema de publicação e ampliamos nossa presença nas redes sociais. Tudo isso para levar ao leitor mais qualidade.

Abrimos esta edição com o texto de autoria de Jaiane Aparecida Pereira, Priscilla Borgonhoni Chagas e Sandra Mara Schiavi Bankuti. No trabalho intitulado *Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Localizado: o Caso da Uva no Município de Marialva-PR* as autoras buscam compreender as ações e os atores que configuram Marialva como um território produtor de uva fina. Articulam-se teoricamente questões sobre território e desenvolvimento territorial e sobre Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL), que é um tipo de arranjo envolvendo relações de produção organizadas horizontal e verticalmente que emergem a partir da ação coletiva e da coordenação local em torno de um recurso territorializado.

No segundo artigo, *Contabilidade aplicada ao Setor Público: Um Estudo Sobre o Reconhecimento da Depreciação na Contabilidade dos Estados Brasileiros* Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade e Janilson Antonio da Silva Suzart comparam os efeitos do reconhecimento da depreciação nos entes subnacionais brasileiros, no período entre 2003 e 2014. Os resultados da análise permitem concluir que houve avanços, mas insuficientes para uma representação patrimonial fidedigna dos entes públicos subnacionais. Tal situação, segundo os autores, conseqüentemente, afeta a representação do patrimônio governamental nas informações consolidadas sobre o setor público nacional. Percebe-se que não há uma consistência na política contábil adotada ao longo do tempo, em matéria de depreciação.

Em seguida, Andréia Aparecida Albino e Luís Alexandre Grubits de Paula Pessoa buscam identificar no artigo *Cocriação de Valor em Programas Empresariais de Marketing Social: uma análise multicascos*, como a cocriação de valor é abordada nos programas de marketing social desenvolvidos por uma empresa privada, em parceria com outras organizações no Brasil. Baseado na perspectiva dos atores envolvidos foram estudadas três iniciativas que abrangiam causas de interesse da sociedade: segregação de resíduos sólidos, cuidados com a saúde cardiovascular e hábitos de higiene, especialmente pela lavagem das mãos. Identificou-se que as iniciativas estudadas contemplam diversos elementos da cocriação de valor, sendo a abordagem mais evidente a downstream, mais voltada à mudança do comportamento individual. Além de indicar aspectos para aperfeiçoar as ações, o estudo colabora para a operacionalização do conceito de cocriação de valor no marketing social.

O quarto artigo denominado *Distâncias e Relações entre Sociedade Civil e Poder Público Local: Atuação de duas Associações de Moradores em Lavras, MG*, de autoria de Luís Fernando Silva Andrade e Maria de Lourdes Souza Oliveira objetiva compreender a relação entre associações de moradores e o poder público local. Buscou-se a compreensão da atuação de duas associações em suas respectivas comunidades e como esta influência sua organização e forma de se relacionar com outras associações, organizações da sociedade civil e o poder executivo local. Os resultados indicam uma pluralidade de interesses, bem como a utilização de

estratégias que visam manter a continuidade das relações com o poder público local, mesmo que recorrendo a uma suposta neutralidade e excessivo apreço de ofícios, que denotam a manutenção das mesmas relações desde a fundação das associações.

Silvio Bitencourt da Silva e Claudia Cristina Bitencourt apresentam o quinto artigo denominado Orquestração de redes de inovação constituídas com o conceito de living lab para o desenvolvimento de inovações sociais. Investigam como são orquestradas redes de inovação constituídas com o conceito de living lab, um tipo de laboratório de inovação aberta e centrada no usuário, para o desenvolvimento de inovações sociais. O trabalho avança em relação a outros do campo ao promover a compreensão de que os processos e as ações específicas, denominados de “orquestração de redes de inovação”, permitem a orquestração de redes de inovação constituídas em torno do conceito de living lab, para o desenvolvimento de inovações sociais, porém, associadas a um novo processo que surge da prática observada nesta pesquisa, denominada de gestão da co-criação.

No artigo Aplicação de um modelo para a análise de stakeholders: o caso da Secretaria de Turismo do Paraná, Saulo Fabiano Amâncio-Vieira, Benny Kramer Costa, Renato Fabiano Cintra e Ricardo Lebbos Favoreto propoem um modelo para a análise dos stakeholders, levando-se em conta as particularidades de um órgão público de turismo. A proposta embasa-se no caso da Secretaria de Turismo do Paraná. Modelos conceituais construídos anteriormente são revisados. O modelo apresenta uma perspectiva processual que inova ao abranger o contexto institucional e mecanismos legais de legitimação da participação dos stakeholders e, diferentemente do usual, capta tanto a perspectiva da organização quanto a dos stakeholders.

No sétimo artigo, Práticas de governança pública adotadas pela administração pública federal brasileira, Márcia Néa Oliveira Pascoal e Oderlene Vieira de Oliveira investigam as práticas de governança pública adotada pelos órgãos da Administração Pública Federal Brasileira (APFB). Dentre os resultados, cabe destacar a instituição de um conselho de administração em quase todos os órgãos, porém, as variáveis estudadas, que reflete a efetividade da administração destes conselhos, não são adotadas ou não atingiram um nível de maturidade que permita que o órgão realize a gestão, principalmente, de risco, ou ainda não identificaram a necessidade da adoção de melhores práticas de governança na esfera pública.

Dimas Barreto De Queiroz, Livia Maria Freire De Moraes, Arthur Guilherme Silva Ferreira De Souza e Vanessa Karla Rebouças Da Silva assinam o oitavo artigo desta edição. Com o texto intitulado Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros os autores averiguam a influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos dos governos estaduais brasileiros. A amostra foi composta pelos 26 estados brasileiros no período de 2003 a 2014, compreendendo três ciclos eleitorais. Utilizou-se como metodologia a técnica de regressão com dados em painel. A pesquisa concluiu que o comportamento oportunista é restrito aos governadores que estão em primeiro mandato e a manipulação é restrita aos investimentos.

Esta edição se encerra com a apresentação do caso de ensino intitulado Da Bonança à Penúria: fechar ou não suas operações, o dilema da Petrobrás. Neste texto Monica Cristina Rovaris Machado, Roger Vinicius Rosa Esteves, Anete Alberton e Sidnei Vieira Marinho traz para a discussão o caso da Petrobrás e o dilema de manter ou não suas operações no Rio Grande/RS.

Boa Leitura

Josiel Lopes Valadares

Editor-Chefe

CC BY-NC-ND